

# **O Partido Comunista Português, as Nacionalizações, o controlo operário e a “batalha da produção”. Estudo de caso na Revolução Portuguesa (1974-1975)**

## ***The Portuguese Communist Party, the Nationalizations, worker’s control and the “battle of production”. Case study in the Portuguese revolution (1974-75)***

Raquel Cardeira Varela

Doutora em História (Universidade Nova de Lisboa)  
Pesquisadora da Universidade Nova de Lisboa (Portugal)

[raquel\\_cardeira\\_varela@yahoo.co.uk](mailto:raquel_cardeira_varela@yahoo.co.uk)

### **Resumo:**

A revolução portuguesa começou em 25 de Abril de 1974 na sequência de um golpe militar dirigido contra o regime salazar-marcelista e a sua guerra colonial e só foi derrotada 19 meses depois, de novo por um golpe militar, em 25 de Novembro de 1975. Foi durante a revolução portuguesa que os principais sectores da economia – bancos, seguradoras, energia – foram nacionalizados. Neste artigo vamos debruçar-nos sobre a história destas nacionalizações, a relação do Partido Comunista Português com elas e sobretudo perceber se elas significaram o controlo operário sobre a produção e/ou serviram para reforçar a confiança e organização dos trabalhadores ou se, pelo contrário, foram uma forma de a burguesia portuguesa subtrair as fábricas e empresas ao controlo dos trabalhadores e salvá-las da ruína financeira depois do impacto da crise.

**Palavras-chave:** Controlo operário. Duplo poder. Revolução social. Nacionalizações. Partido Comunista Português.

### **Abstract:**

The Portuguese revolution began on April 25, 1974 following a military coup directed against the Salazar-Caetano regime and its colonial war and was defeated only 19 months later, again by a military coup on 25 November 1975. It was during the Portuguese revolution that the main sectors of the economy – banks, insurance and energy – were nationalized. In this article we’ll study the history of these nationalizations, the relation the Portuguese Communist Party had with them and above all whether they meant workers control over production and economic activity or, on the contrary, they were a means for the Portuguese bourgeoisie to subtract companies and factories to workers control and rescue them from financial collapse after the economic crisis’s impact.

**Key-words:** Workers control. Dual power. Social revolution. Nationalization. Portuguese Communist Party.

Originais recebidos em: 12/06/2011

Aceito para publicação em: 10/09/2011



Este trabalho está licenciado sob uma [Licença Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/3.0/) Atribuição-Uso Não-Comercial-Vedada a criação de obras derivadas 3.0 Unported License.

## Introdução

A revolução portuguesa, que ficou conhecida para a história como revolução dos cravos, flores que espontaneamente as mulheres de Lisboa começaram a pendurar nas espingardas dos soldados, começou em 25 de Abril de 1974 na sequência de um golpe militar dirigido contra o regime salazar-marcelista e a sua guerra colonial e só foi derrotada 19 meses depois, de novo por um golpe militar, em 25 de Novembro de 1975. Este processo foi marcado pelo protagonismo político de um poderoso movimento operário e social que atingiu todos os sectores da sociedade portuguesa, em particular o movimento operário, mas não só. Para além dos trabalhadores directamente ligados à produção de valor, e particularmente os operários industriais e assalariados agrícolas, a revolução portuguesa caracterizou-se por conflitos sociais muito radicalizados entre os estudantes, o moderno sector laboral dos serviços, o sector informal, uma ampla participação das mulheres e os sectores intermédios e de base das forças armadas. A conflitualidade social em Portugal em 1974-75 teve uma amplitude nacional.

Foi durante a revolução portuguesa que os principais sectores da economia – bancos, seguradoras, energia – foram nacionalizados. A primeira nacionalização dá-se por imposição dos trabalhadores logo em Maio de 1974, mas o grosso das nacionalizações só vai dar-se depois de Março de 1975, já num quadro económico de uma queda de mais de 4% do PIB. Neste artigo vamos debruçar-nos sobre a história destas nacionalizações durante este período, a política face à gestão destas empresas defendida pelo principal partido da classe trabalhadora organizada em Portugal nesta altura, o Partido Comunista Português, partido responsável pelos ministérios que controlavam a gestão das empresas, e as diversas propostas de gestão, autogestão e/ou controle operário que surgem nas assembleias de trabalhadores, órgãos embrionários de duplo poder que se formam espontaneamente aquando da queda do regime.

Para além de historicizar o processo de nacionalizações no biénio 1974-1975, procuramos com este artigo, por um lado, compreender se estas nacionalizações significaram o controlo operário sobre a produção e/ou serviram para reforçar a confiança e organização dos trabalhadores ou se, pelo contrário, foram uma forma de a burguesia portuguesa subtrair as fábricas e empresas ao controlo dos trabalhadores e salvá-las da ruína financeira depois do impacto da crise de 1973. Finalmente, olhamos para este processo à luz da discussão que alguns teóricos marxistas empreenderam

depois da revolução russa e na década de 70 do século XX, esperando dar um contributo para uma discussão teórica de fôlego que se prende com as questões de autogestão, co-gestão e controle operário, no fundo ajudar a analisar estes processos no seu duplo significado, económico e político, ou seja, o seu significado no quadro da disputa pela propriedade das fábricas e empresas e o seu papel nos conflitos sociais e políticos e nas organizações dos trabalhadores.

## **Da Intervenção Estatal à Nacionalização**

As nacionalizações de bancos, companhias de seguros e outras empresas que se dão, *grosso modo*, entre Março de 1975 e Maio de 1975, são uma política forçada pelos trabalhadores que, na dinâmica da revolução, as impõem aos partidos políticos e ao MFA, o Movimento das Forças Armadas (MFA) que tinha derrubado o regime no golpe de 25 de Abril de 1974, obrigando o Conselho da Revolução e o IV Governo Provisório, as estruturas que dirigiam o Estado, já em 1975, a nacionalizar, primeiro, a banca e os seguros e a seguir várias empresas estratégicas de grupos económicos portugueses dominantes. É a revolução que coloca as nacionalizações no centro da história de Portugal a partir de 1975. Nem o Partido Comunista Português (PCP), nem o Partido Socialista (PS), nem o MFA fizeram das nacionalizações uma estratégia no biénio 1974-75.

O desfecho das nacionalizações foi o controlo do Estado sobre as empresas, com o duplo resultado de salvar economicamente empresas no meio de uma recessão económica e resgatar a propriedade que estava objectivamente a ser colocada em causa pelos trabalhadores. A médio prazo – uma década depois – os bancos e as empresas nacionalizadas serão devolvidos ao sector privado. Mas esse processo tem uma história, tem um começo e um fim: quando se dão as nacionalizações elas representam, naquele momento, a vitória dos trabalhadores, uma derrota do sistema capitalista, uma agudização da luta de classes que coloca directamente em causa a propriedade privada. E a história da revolução a partir daí será também a história da extraordinária confiança que os trabalhadores e parte dos sectores intermédios da sociedade ganham em si próprios a partir de 11 de Março de 1975 – data da derrota do golpe de direita que implicou a generalização de organismos embrionários de duplo poder -, a confiança de que podem vencer, de que conseguem questionar a propriedade privada dos meios de

produção, e essa confiança irá espalhar-se como um rastilho de pólvora por todo o País, estando na origem da crise revolucionária que começa em Julho de 1975, o chamado Verão Quente.

A primeira nacionalização em Portugal a seguir à revolução dá-se menos de um mês depois da queda do regime. A 21 de Maio de 1974 os trabalhadores da Companhia das Águas ocupam a sede da empresa e exigem a sua nacionalização. Passa a chamar-se Empresa Pública das Águas de Lisboa (EPAL)<sup>1</sup>. Mas será só depois da vitória da lei da independência das colónias, no Verão de 1974, que voltam a fazer-se nacionalizações. Em Setembro de 1974, pelos decretos-lei n.º 450, 451 e 452/74 são nacionalizados o Banco de Portugal, o Banco de Angola e o Banco Nacional Ultramarino, o que, de acordo com Medeiros Ferreira, “é o primeiro passo para o Estado ocupar o único lugar do lado português na gestão das consequências financeiras da descolonização que se desencadeara oficialmente com a Lei n. 7/74, de 26 de Julho”. (FERREIRA, 1993, p. 114).

De facto, a descolonização obrigava o capitalismo português a socorrer-se da centralização para salvar o máximo possível da economia ligada às colónias. Porém, não se deve subestimar o papel da luta revolucionária na metrópole na concretização destas medidas: primeiro, a descolonização foi ela própria determinada também pela dinâmica revolucionária da metrópole no após 25 de Abril; depois, os sindicatos dos bancários tinham estado envolvidos em fortes lutas desde o 25 de Abril de 1974, e é na sequência da derrota do golpe de direita encabeçado pelo general António de Spínola de 28 de Setembro de 1974, que o Estado aumenta o seu poder na fiscalização das instituições de crédito, por exemplo com o Decreto 540-A/74, de 12 de Outubro.

A maioria das nacionalizações é realizada entre 11 de Março e Maio de 1975. No dia 11 de Março de 1975, os trabalhadores bancários, que ocupavam as instalações dos bancos, exigem a nacionalização da banca. No dia 12, o Conselho da Revolução, que se constitui nesse mesmo dia, anuncia a nacionalização da banca (ficam de fora os bancos estrangeiros) e, em 24 de Março, a dos seguros. No dia 14 de Abril, gigantescas manifestações apoiam, em Lisboa e no Porto, a nacionalização da banca (DIÁRIO POPULAR, 1975, p. 9 e 11). A 15 de Abril, por decisão do IV Governo Provisório, são nacionalizadas dezenas de empresas que pertenciam aos grupos financeiros, agora expropriados, incluindo as empresas de sectores básicos da economia nacional como

---

<sup>1</sup> Em 1981 muda de nome para Empresa Pública das Águas Livres e, em 1991, para Empresa Portuguesa das Águas Livres, nome que hoje mantém.

petróleos, electricidade, gás, tabacos, cervejas, siderurgia, cimentos, transportes marítimos, celulosas, construção e reparação naval, camionagem, transportes colectivos urbanos e suburbanos, etc. Muitas destas empresas estavam ligadas, como referimos, aos grandes grupos económicos que tinham enriquecido no Estado Novo, como o Grupo CUF, o Grupo Champalimaud, o Grupo Espírito Santo, etc.

Muitas empresas, incluindo algumas de razoável dimensão, escaparam à vaga de nacionalizações – transformação da cortiça, refinação de açúcar, têxteis e exportação de vinho, a maioria no Norte do País. E foi precisamente através delas que se constituíram os primeiros núcleos dos novos grupos privados, como o de Américo Amorim.

A doutrina do Estado Novo consagrava a iniciativa privada, mas o sector empresarial do Estado (SEE) desenvolveu-se consideravelmente nesse período, como assinala Silva Lopes (1996, p. 310). Com o Estado a deter posições de comando ou de influência nos transportes, refinarias, electricidade, banca, etc. Estima-se que as empresas dominadas pelo sector público empregavam, antes das nacionalizações, cerca de 2/3 da mão-de-obra do conjunto do que depois das nacionalizações ficou a empregar o SEE. Nos primeiros anos depois das nacionalizações de 1975, o SEE ocupava à volta de 300.000 trabalhadores, cerca de 8% da população activa, e gerava um valor acrescentado bruto de entre 20 e 25% do PIB. Como refere ainda Silva Lopes, Portugal ficou com um dos sectores empresariais de mais elevada dimensão da Europa Ocidental, mas mesmo assim não muito distinto do que se passava com a França, Itália, Reino Unido e Alemanha. Nesses países, em média, o sector público empregava 10% da mão-de-obra. (LOPES, 1996, p. 314-315).

As nacionalizações foram realizadas sob o impacto de uma crise generalizada de acumulação mundial e, de certa forma, a metodologia com que foram feitas – sem controlo operário – sugere que a burguesia portuguesa lançou mão das nacionalizações para salvar os dedos, uma vez perdidos os anéis. Ou seja, como forma de acabar com os conflitos sociais nas empresas e resgatá-las da crise de acumulação. O que é confirmado pela retórica dos partidos da coligação governamental que, sem excepção, apelavam à contenção das lutas nas empresas nacionalizadas alegando que estas agora pertenciam ao povo português, omitindo que o Estado permanecia capitalista, bem como as empresas por este administradas. Ferreira (1993, p. 116), por exemplo, defende que as nacionalizações permitiram aos militares ter controlo sobre o sistema financeiro e Lopes (1996, p. 316) lembra o contributo destas para atenuar os efeitos da conjuntura económica.

A interpretação é plausível, mas, do nosso ponto de vista, teleológica, porque confunde o fim – devolução pelo Estado das empresas nacionalizadas ao sector privado mais de uma década depois – com o processo, o questionamento da propriedade privada dos meios de produção pelos trabalhadores no meio de uma revolução. A importância das nacionalizações durante a revolução não reside, essencialmente, no impacto económico nem no eventual desenho de uma economia de feição socialista – porque a economia, o Estado continuou a ser capitalista, os bancos e as empresas estrangeiras permanecerem sem intervenção, e com o apoio da direcção comunista, apesar de o seu programa prever a “libertação do imperialismo estrangeiro”. Como já assinalámos, as empresas nacionalizadas empregavam em 1975, no total, 8% da população activa. Esta importância, e daí serem um marco que divide fronteiras na revolução portuguesa, está no facto de as nacionalizações terem sido feitas sob exigência dos trabalhadores, muitas vezes reunidos em assembleias de base e ocupando as instalações das empresas para exigir a sua nacionalização. As nacionalizações foram também acompanhadas de extraordinárias vitórias dos trabalhadores, como importantes melhorias dos salários reais, num período de inflação elevada (20 a 30%), e outras regalias sociais (LOPES, 1996, p. 320). E foram realizadas sem indemnização. Reflexo agudo da luta de classes, muitos capitalistas, incluindo alguns dos homens mais ricos do País, foram presos a seguir ao golpe de 11 de Março e/ou acabaram por fugir, a maioria para o Brasil, só regressando a Portugal a partir do fim do anos 70, quando os Governos começaram a delinear um processo de indemnizações (ou devolução das empresas) que vieram primeiro a ser fixadas pela lei 80/77 de 26 de Outubro.

### **A Política do Partido Comunista Português para as Nacionalizações**

O PCP, o principal e maior partido da classe operária organizada neste período, com presença em todos os governos provisórios, em aliança com sectores social democratas e liberais e, até Setembro de 1975, partido que tinha a responsabilidade ministerial das pastas que controlavam as empresas e fábricas nacionalizadas, não tem uma estratégia de nacionalizações (VII CONGRESSO..., 1974, p. 359-362). A política económica do PCP, quando se dá a revolução, é a da defesa e preparação de instrumentos que permitam ao Estado intervir nas empresas e será o PCP o partido que mais defenderá o decreto 660/74, de 25 de Novembro de 1974 – aliás fazendo o

balanço, em 1977, de que este decreto foi imposto aos restantes membros do Governo pelo próprio PCP (AS EMPRESAS..., 1977, p. 7). O decreto estipulava que o Estado intervinha nas empresas em caso de abandono, descapitalização, não pagamento propositado a fornecedores, fraudes fiscais. Ao todo foram intervencionadas, durante a revolução, segundo dados oficiais, cerca de 350 empresas que num total empregavam cerca de 100 000 trabalhadores nos três sectores de actividade (LOPES, 1996, p.309). A maioria das empresas foi intervencionada em 1975 (255 empresas) e particularmente no período pós 11 de Março de 1975, mostrando que mesmo no auge da luta pelas nacionalizações, o Governo privilegiava, nas empresas com lutas sociais, dificuldades económicas, sabotagem, ou ambas, a intervenção estatal.

A política de intervenção manteve-se durante toda a revolução:

Com a explosão dos conflitos sociais nos primeiros meses a seguir ao 25 de Abril, os trabalhadores de muitas empresas expulsaram os patrões ou os seus representantes, invocando argumentos de sabotagem económica, colaboração com o regime de ditadura, repressão laboral, etc. Ao mesmo tempo, a deterioração das condições económicas das empresas ia empurrando muitas delas para situações insustentáveis de falta de liquidez ou solvabilidade e levou muitos donos a abandoná-las. Para protegerem os seus empregos, ou para arrancarem todo o poder aos proprietários do capital, os trabalhadores das empresas assim atingidas apoderaram-se da respectiva gestão e reclamaram apoios do Estado para as manterem em actividade. O Governo foi, por isso, levado a publicar alguns diplomas que davam cobertura legal às situações assim criadas. [...] Esses diplomas estabeleciam e regulavam os mecanismos de intervenção do Estado em sociedades privadas, embora a título temporário e sem deixarem de manter os meios de produção na titularidade dos respectivos proprietários. (LOPES, 1996, p. 308).

A partir de Novembro de 1974, mas sobretudo entre Janeiro de 1975 e Março de 1975, há discursos, ainda vagos, de dirigentes do PCP a defender que “é preciso aprofundar uma estratégia anti-monopolista e anti-latifundista” (POLÍTICA..., 1975, p.2). No dia 3 de Janeiro de 1975 uma assembleia dos bancários pede a nacionalização da banca (AVANTE!, 1975a, p. 9). Na I Conferência de Trabalhadores Agrícolas do Sul, mais de um mês depois esta assembleia, a 9 de Fevereiro de 1975, o PCP propõe oficialmente a nacionalização da banca (I CONFERÊNCIA..., 1975, p. 156). Álvaro Cunhal, o carismático líder do Partido, afirma que o significado das nacionalizações só abre uma perspectiva de socialismo na medida é que é feita com controlo dos trabalhadores. Mas esse controlo, salienta o dirigente do PCP, deve estar submetido à unidade democrática (AVANTE!, 1975b, p. 5) e ser articulado com o Estado e o Governo:

O “controle” dos trabalhadores, em estreita colaboração com um Estado democrático que se impõe democratizar cada vez mais, é hoje possível como

forma transitória para outras mais evoluídas. É um outro aspecto dos mais sugestivos da originalidade do processo revolucionário português. (AVANTE!, 1975b., p. 5).

As nacionalizações farão parte da política do partido, centralmente, a partir de 11 de Março e durante o IV Governo Provisório e a questão do controlo operário – que o partido definirá sempre como um controlo que não questiona o carácter de classe mas a organização do Estado – só surgirá, por isso mesmo, no calor da disputa da governação com o PS, a partir de Maio de 1975.

O PCP não esperava que as nacionalizações viessem a ser colocadas como uma prioridade pelos trabalhadores. As nacionalizações, como refere Madeiros Ferreira, foram feitas na base de uma “alta percentagem de empirismo e circunstancialismo” (FERREIRA, 1993, p.114). E este empirismo é produto da dinâmica revolucionária. As nacionalizações foram antecedidas das grandes movimentações populares de Janeiro a Março de 1975, em que a forma de luta mais utilizada era a ocupação de empresas e a reivindicação de saneamento da hierarquia superior das empresas (FERREIRA, 1993, p. 109). Tudo indica que o PCP, como os outros partidos, não estava à espera desta dinâmica. Como afirma John Hammond: “Durante os primeiros meses de 1975 o PCP manteve a sua política de moderação, seguida pela maioria dos sindicatos. O movimento permaneceu fora do controlo comunista, já que as suas exigências excediam em muito aquilo que o PCP estava disposto a defender” (HAMMOND, 1981, p. 421).

Vinte dias antes das nacionalizações – e já depois de na Conferência Unitária dos Trabalhadores a maioria das comissões se ter pronunciado pelas nacionalizações – o PCP apoiou o programa Melo Antunes, um programa de salvação nacional da economia, sustentado por todo o Governo, que não previa nacionalizações mas intervenção do Estado nas empresas até 51%.

Depois de 11 de Março de 1975 o partido vai defender as nacionalizações de alguns sectores da economia – participa e mobiliza para as manifestações que apoiam estas: banca, seguros, empresas jornalísticas, solos, ferroviários –, mas procura que estas sejam exclusivamente levadas a cabo no quadro da “batalha da produção”. Na manifestação de apoio à nacionalização da banca, realizada a 14 de Março, o PCP distribuiu um comunicado onde afirma que:

A nacionalização da banca permitirá a melhoria do nível de vida dos trabalhadores e o combate ao desemprego e à inflação. Pelo controle do Estado democrático sobre sectores básicos da economia, até agora nas mãos dos grandes monopólios, será enfim possível impedir a fuga de capitais e colocar ao serviço do Povo a poupança socialmente realizada. (NACIONALIZAÇÃO..., 1975).



O partido exulta com as medidas tomadas no dia 15 de Abril, que nacionalizavam grande parte das empresas dos grupos económicos, cujos bancos tinham sido nacionalizados e considera-as como a prova da irreversibilidade da revolução (A REVOLUÇÃO..., 1975, p. 1). Mas este facto, por si, não distingue o Partido Comunista de outros partidos ou direcções que pela força das circunstâncias foram obrigados a defender as nacionalizações. A seguir ao 11 de Março, e até Junho de 1975, as direcções políticas do País, sem excepção, defenderam as nacionalizações. Costa Gomes, em nome do Conselho da Revolução, órgão militar que visava assegurar defesa do Estado e da democracia representativa, anunciou a nacionalização da banca como a medida “mais revolucionária do Portugal contemporâneo” (DIÁRIO POPULAR, 1975, p. 9). O PPD, partido liberal, defendeu publicamente a gestão das empresas pelos trabalhadores (id., ibid). Mário Soares, líder socialista, advogou a nacionalização da banca, dos seguros e a reforma agrária (REPÚBLICA, 1975a, p. 11); a própria Confederação da Indústria Portuguesa (CIP), organização patronal, não se opôs à nacionalização, defendendo, isso sim, que na gestão estejam trabalhadores, patrões e Estado (REPÚBLICA, 1975b, p. 16), fazendo em muito lembrar a solução que será proposta depois das greves do início dos anos 80 do século XX em Portugal, como a concertação social, a partir de 1984, em que passou a existir uma instituição de concertação social que negocia as condições laborais, onde estão representados patrões, trabalhadores e o Estado.

Quando em Março de 1975 se dão as nacionalizações, o PCP vai propor para as empresas nacionalizadas uma comissão administrativa, dirigida pelo Governo e por representantes dos trabalhadores (REPÚBLICA, 1975c, p. 1). A questão, que dividirá partidos e patrões, é que membros do Governo, afectos a um ou outro partido, estavam à frente dessas comissões administrativas. Tratava-se de influenciar a composição das administrações dos bancos e empresas nacionalizadas, sob a direcção do Estado

As nacionalizações tinham sido feitas pelos trabalhadores e institucionalizadas pelo Conselho da Revolução. A frente governativa procurou no entanto atribuí-las ao Conselho da Revolução, enfraquecendo por arrasto a confiança dos trabalhadores nas suas vitórias: “O Povo agradece a lei mais revolucionária jamais promulgada em Portugal” é título do *Diário Popular* (1975, p. 9). Mas a tática imediata do PCP foi a mesma, a de atribuir as nacionalizações ao MFA, ao Conselho da Revolução, no quadro da estratégia de reforço do MFA como legitimidade alternativa à dada pelas eleições:

A Comissão Política do Comité Central do Partido Comunista Português, ao tomar conhecimento, em reunião, da constituição do Conselho da Revolução

do MFA e da sua primeira medida legislativa – a nacionalização da banca – afirma o seu completo apoio a essa medida que se estava tornando indispensável para a consolidação e desenvolvimento do processo democrático. A CP do CC do PCP exorta a classe operária, as massas trabalhadoras e o povo em geral a manifestarem o seu aplauso a esta histórica decisão. A CP do CC do PCP propõe a todas as forças democráticas e populares a organização em comum, por todo o país, de comícios, concentrações, desfiles e manifestações que provem o regozijo popular e reforcem a aliança Povo-MFA. (O PCP..., 1975, p. 9).

Alguns grupos de extrema-esquerda questionavam, em 1975, o PCP sobre a questão do controlo operário, por um lado, e sobre o desfecho das nacionalizações, por outro. Na verdade, ambas as questões se resumiam ao mesmo processo: nacionalizações sem controlo operário e sem abolição do segredo comercial não são uma medida de transição socialista. A UDP<sup>2</sup>, por exemplo, publicava textos como este: “Nós consideramos, e a História tem-no provado, que em situações de emergência, a burguesia lança mão da nacionalização no sentido de acabar com a anarquia capitalista”(REPÚBLICA, 1975a, p. 8).

Para o PCP nenhuma das questões se colocava. Porque, de acordo com a teoria divulgada pelo partido durante o processo de nacionalizações, o Estado já tinha mudado de classe, desde o 25 de Abril de 1974. Yuri Rubinsky, economista soviético, professor na Universidade de Moscovo, vem fazer uma conferência sobre as nacionalizações à Fundação Gulbenkian, em Março de 1975, onde defende o PCP:

A propósito distinguiu [Yuri Rubinsky] o significado da nacionalização da banca em países capitalistas, nos quais desta medida não resulta qualquer transformação na estrutura económica. Não é este o caso numa sociedade como a nossa, em transição para o socialismo, e assim, querer negar o valor às medidas de nacionalização da banca não passa de utilização de frases grandiloquentes para enganar o povo. (ECONOMISTA..., 1974, p. 7).

As nacionalizações, sem controlo efectivo da produção e da distribuição pelos trabalhadores e submetidas à “batalha da produção”, são defendidas sob a protecção teórica de que se tratava de uma medida que seria parte de uma etapa na construção do socialismo, uma vez que o Estado não era capitalista, antes estava em transição para o socialismo. De tal forma que no balanço de 1978, comentando o sucesso do controlo da gestão pelos trabalhadores, o PCP realça que é nas empresas nacionalizadas que os trabalhadores têm agido com mais “realismo” e onde “as paralisações e greves são menos frequentes e onde as reivindicações dos trabalhadores são mais modestas” (AS NACIONALIZAÇÕES..., 1978, p. 52). Detenhamo-nos no discurso do PCP, em pleno

---

<sup>2</sup> União Democrática Popular, organização maoísta.

processo revolucionário, em 1975, a propósito da nacionalização dos caminhos-de-ferro:

A nacionalização da CP, considerada necessária e urgente para se alcançar a vitória do socialismo, proposta em moção no passado dia 5 no Pavilhão dos Desportos, fez levantar, numa entusiástica manifestação de apoio, os milhares de ferroviários que ali se encontravam reunidos em plenário de classe. (...) Definindo o que se entende por nacionalização, um orador explicaria: Nacionalizar uma empresa quer dizer que essa empresa deixa de pertencer a um patrão, a um capitalista ou a um grupo de capitalistas para pertencer unicamente à Nação, isto é, ao povo. (OS FERROVIÁRIOS..., 1975, p. 7).

Esta análise política – o que é do Estado é da Nação; o que é da Nação é do Povo –, a que se juntava a responsabilização do Conselho da Revolução, do MFA, pelas nacionalizações, colocava o PCP na mesma trajectória daqueles que consideravam que as conquistas operárias são frutos das suas direcções e das organizações que consideravam a possibilidade de uma transição indolor do modo de produção capitalista para o socialista, acarinhando a hipótese – publicamente defendida também pelo MFA e pelo PS – de que esta transição podia ser feita da mesma forma que o MFA tinha protagonizado a transição de regime, ou seja, quase sem mortes (na metrópole), sem a tomada do poder pela classe trabalhadora, em última análise, sem guerra civil.

Uma leitura das políticas da União Soviética naquele período e de toda a elaboração teórica história do PCP indica já que esta política não era uma originalidade da revolução portuguesa. Tinha raízes na estratégia que vinha desde a “reorganização” do Partido em Portugal, de 1941 (inspirada nas teses de Dimitrov do VII Congresso da Internacional Comunista), de encontrar frentes governativas com sectores da burguesia liberal e da pequena burguesia. Tinha alicerces internacionais bem delimitados, com epicentro justamente na política de coexistência entre os países imperialistas e a URSS. É da URSS que parte a elaboração segundo a qual é possível transitar de forma pacífica para o socialismo. O argumento, defendido pelo PCP em vários momentos, centrava-se na simples ideia de que uma vez que a maioria dos países fossem socialistas os outros chegariam a essa etapa sem precisarem de tomar o poder, como se expõe na revista teórica do partido, *Paz e Socialismo* (KIERNAN, 1997, p. 327).

Na base destas políticas há também uma noção de Estado zigzagueante, ancorada nas necessidades tácticas do partido. Se em *A Questão do Estado, Questão Central de Cada Revolução* (2007), publicado em 1967, Cunhal defende que o Estado tem como função assegurar e conservar a dominação da classe burguesa sobre o

proletariado e a sua exploração<sup>3</sup>, em 1974-75 toda a teoria do Estado muda rapidamente para se adaptar à estratégia do partido: umas vezes clama-se pelos saneamentos<sup>4</sup> como forma de eliminar os elementos fascistas do Estado; outras, como nas nacionalizações, equipara-se a mudança de regime político à alteração da natureza do Estado.

### **Controlo Operário: um Debate com História**

Na década de 70 do século XX o controlo operário era uma reivindicação comum entre jovens liberais, trabalhistas de esquerda, sindicalistas reformistas (BRINTON, 1975, p. 13). Estes diferentes sectores não falavam do mesmo quando usavam esta terminologia. O tema, riquíssimo e polémico, foi amplamente estudado e discutido por várias obras centrais, das quais apenas uma parte é aqui referida.

Maurice Brinton (1975), por exemplo, considera que o controlo operário é uma forma de “distrair” os operários da autogestão, a única que coloca em causa o lucro. Ernest Mandel também defendeu que, para além do controlo democrático das empresas capitalistas a definição de controlo operário era extensível à autogestão, mas que só faria sentido como medida de transição (MANDEL, 1973, p. 18-23). John Hammond usa uma definição mínima: controlo colectivo dos trabalhadores sobre as empresas, deixando em aberto o nível de controlo, o que podia ir desde questões de gestão como despedimentos a questões de distribuição da produção (HAMMOND, 1981, p. 415). Em Portugal, em 1974-75 usava-se controlo sobre a empresa indefinidamente para “participação na gestão”, “publicidade dos vencimentos” e controlo sobre a produção (SANTOS *et al*, 1976, p. 49-50), e as organizações políticas e sindicais não distinguiam com clareza se controlo operário significava controlo sobre a gestão, a produção e/ou a distribuição e se era feito por assembleias democráticas de trabalhadores ou por sindicatos.

Usamos neste estudo uma definição restrita de controlo operário – controlo *democrático* dos trabalhadores, sobre a *produção* e a *distribuição* das *empresas geridas*

---

<sup>3</sup> “a compreensão da natureza do Estado é central quando se trata de tomar o poder; “não se pode *tomar conta* do Estado”, é preciso destruí-lo [...] é necessário defender a ditadura do proletariado e os conselhos como organismos de duplo poder: “o mérito de Lenine e do Partido Bolchevique não foi terem ‘inventado’ os soviets, mas terem sabido descobrir nesses organismos revolucionários criados pelas massas o órgão do poder no Estado proletário” (CUNHAL, 2007, p. 23 e 32).

<sup>4</sup> “Saneamento” foi uma palavra que nasceu na gíria popular, no início da revolução, para classificar os processos de destituição de dirigentes ligados ao Estado Novo de cargos de responsabilidade política bem como de empresários e patrões das empresas ocupadas.

*por capitalistas*, o que implicava a *abolição do segredo comercial*. Esta definição afasta quer a co-gestão quer a autogestão, e define o controlo operário não de um ponto de vista literal mas na sua acepção histórica, como uma medida de transição para a colectivização, na medida em que coloca as empresas, geridas por capitalistas e não por trabalhadores, controladas, ao nível da produção e da distribuição (sendo para tal indispensável a abolição do segredo comercial, ou abertura dos livros de contas) por comissões de trabalhadores ou outras formas conselhistas de base nas fábricas e empresas e não por sindicatos.

De acordo com esta definição não existe controlo operário fora de situações revolucionárias; o controlo operário é por isso uma expressão do duplo poder; o controlo operário é menos que a autogestão em termos de gestão, mas politicamente a sua aplicação é incompatível com o processo de acumulação capitalista (e a autogestão não), é uma medida de transição, que ou evolui para a tomada de poder pelos trabalhadores ou degenera em co-gestão. A essência do controlo operário reside no facto de que o Estado ou os capitalistas dirigem a empresa/fábrica mas não o podem fazer contra os trabalhadores, pelo que uma correcta compreensão histórica desta forma de expressão de duplo poder deve analisar os casos concretos de luta dentro das fábricas e empresas, em detrimento das instituições que se criam a partir delas. Esta definição assenta por isso em duas premissas essenciais: a dinâmica da luta de classes nacional e o processo de acumulação de capital. António Gramsci e Leon Trotsky escreveram sobre a primeira, Lenine sobre o segundo.

António Gramsci, analisando o controlo operário no biénio revolucionário em Itália em 1920-21, quando Giovanni Giolitti, chefe do Governo, perante a ocupação de fábricas em Setembro de 1920, apresentou à Câmara dos Deputados um projecto de lei do controlo operário, considerou que:

Para os comunistas, pôr o problema do controle significa [...] pôr o problema do poder operário sobre os meios de produção, o problema da conquista do Estado. [...] Toda a lei sobre isso que emane do poder burguês tem um único significado e um único valor: significa que realmente, e não só verbalmente, o terreno da luta de classes mudou, na medida em que a burguesia é obrigada, neste novo terreno, a fazer concessões e a criar novos institutos jurídicos; e tem o valor demonstrativo real de uma debilidade orgânica da classe dominante. (Gramsci, 1921, p. 1-2).

Leon Trotsky, em discussão com os anarquistas alemães sobre a legislação dos conselhos de fábrica na Alemanha, relevava a questão da dualidade de poderes e diminuía o valor da institucionalização das formas de controlo operário:

Nunca escrevi conselhos de fábrica “legais”. E não só, aponte inequivocamente que os conselhos de fábrica só podem se tornar em órgãos de controlo operário sob a premissa de uma tal pressão da parte das massas que pelo menos parcialmente no país e nas fábricas já foi estabelecida uma situação de duplo poder. É para mim claro que os conselhos de fábrica podem sob a lei actual tornar-se tanto em órgãos de controlo operário como a revolução dar-se no quadro da constituição de Weimar! (Trotsky, 1931, p. 1, traduzi).

Vladimir Lenine, a propósito da discussão do controlo operário nas empresas nacionalizadas, destacou a necessidade de nacionalização de *todo* o sistema bancário (e não de parte deste), o que implicava a nacionalização dos grandes consórcios industriais e comerciais assinalando que “sem abolir o segredo comercial, o controlo da produção e da distribuição não iria mais longe que uma promessa vazia” (LENINE, 1976, p. 61-65). Seria uma medida burocrática e não de controlo dos trabalhadores. A questão era central para os revolucionários russos, e não era uma questão teórica. Um dia depois da tomada do poder, a 7 de Novembro de 1917, é escrito o projecto de decreto do controlo operário:

1: Fica estabelecido o controle operário sobre a produção, conservação e compra-venda de todos os produtos e matérias-primas, em todas as empresas industriais, comerciais, bancárias, agrícolas, etc., que contem com cinco operários e empregados (pelo menos) [...] 2: Exercerão o controle operário todos os operários e empregados da empresa, directamente se a empresa for tão pequena que tal seja possível, ou por meio dos seus representantes, cuja eleição terá lugar imediatamente em assembleias gerais [...] 4: Todos os livros de contabilidade e documentos, sem excepção, assim como todos os armazéns e depósitos de materiais, ferramentas e produtos, sem qualquer excepção, devem estar sempre à disposição dos representantes eleitos por operários e empregados (LENINE, 1976, p. 99-100).

## **A “Batalha da Produção” contra o “Controle Operário”**

A partir das nacionalizações, a questão da gestão das empresas e do controlo operário vai estar na ordem do dia em Portugal. Esta discussão é central para compreendermos a política do PCP face às nacionalizações mas também a extensão da conflitualidade social no País. O partido tem uma definição de controlo operário que não se enquadra de forma clara em nenhuma das enunciadas acima, sejam as que defendem a autogestão ou as que apontam para uma forma de incompatibilidade com o processo de acumulação de capital. Porque o PCP fará da sua definição de controlo operário uma forma de pôr fim ao controlo operário que estava de facto a ser levado a cabo em certas empresas. Desde logo, porque submete o controlo operário à “batalha da produção”, extirpando deste processo a conflitualidade capital-trabalho. A definição do

partido é transparente (O PROCESSO..., 1975, p. 4): organização dos trabalhadores em todo o tipo de organismos – sindicatos, associações, cooperativas, ligas de camponeses, comissões de moradores e outras – com vista a defender a revolução e assegurar a batalha da produção, a “principal frente de luta da classe operária”(Id., Ibid., p. 1). Trata-se de *participarem* (e não controlarem) na produção e em conjugação com os sindicatos – no estabelecimento dos planos das empresas, preços, problemas salariais, etc. (NÃO..., 1975, p. 6) – estritamente vinculados ao objectivo que é a “batalha da produção”. O secretário de Estado do Trabalho, Carlos Carvalhas, membro do PCP, citado no *Avante!*, - jornal oficial do PCP - esclarece o alcance daquilo que o partido definia como “controlo operário”: “Esta batalha da reestruturação de todo o aparelho produtivo tem como vectores principais produzir melhor, com menores custos” (FAZER..., 1975, p. 6). Carvalhas apresenta dois projectos de lei que almejavam (nunca irão concretizar-se na totalidade) um controlo estrito dos trabalhadores que dissipava as formas reais de controlo operário. No primeiro projecto de lei, de Maio de 1975, é proposta a constituição oficial de comissões de controlo da produção, que devem participar na elaboração do plano da empresa e “velar pelo desenvolvimento normal da produção e pela sua melhoria qualitativa e quantitativa” (DOCUMENTO, 1976, p. 765-816). No segundo projecto, no seu artigo 5.º, estabelece que “a actividade das comissões não poderá nunca ser exercida contra os interesses globais da economia, pelo que não poderá contribuir em caso algum para a paralisação da regular actividade produtiva da empresa”. O projecto estabelecia ainda que cabia às comissões de controlo da produção “velar pelo cumprimento do programa do Governo para o sector” (*Id., ibid.*, p. 765-816). No *Avante!* reforça-se esta política: criação de comissões de controlo destinadas a garantir “a vitória da batalha da produção” (COM O PCP..., 1975, p. 4).

O “controlo operário” estava, desta forma, submetido à “batalha da produção”. Mas também outra política, que se agrega a esta, que é a contenção daquilo que o PCP designava por “reivindicações irrealistas” por parte dos trabalhadores. Isto num quadro em que, mesmo depois das nacionalizações, mais de 90% da mão-de-obra trabalhava para um patrão privado e o Estado permanecia capitalista.

Num discurso num comício do PCP, realizado a 18 de Maio de 1975 em Vila Franca de Xira, Álvaro Cunhal considera que a “grande tarefa do momento” é a “batalha da produção” e que esta tem de ser levada a cabo pondo fim às “reivindicações irrealistas” e às greves (DISCURSO..., 1976, p. 43-45). No comício realizado a 28 de Junho de 1975 no Campo Pequeno, Veiga de Oliveira, o ministro comunista dos

Transportes e Telecomunicações do IV Governo, recordou a vitória da nacionalização dos caminhos-de-ferro, da TAP, dos transportes marítimos e de dezenas de empresas rodoviárias e condenou a onda de greves e reivindicações levadas a cabo nestas empresas, consideradas um acto de “sabotagem” da “reacção” (COM O PCP..., 1975, p. 4). No mesmo discurso defendeu o aumento do preço dos transportes. E nesse mesmo comício Vítor Silva, um operário comunista da Mague, defende o controlo operário (id., ibid.). No *Avante!* lê-se uma nota da comissão de trabalhadores da fábrica Socel onde é afirmado que a batalha da produção “é nossa e para nós”. No mesmo comunicado, os trabalhadores consideram que podem ter o controlo da produção mas que não devem “trabalhar abaixo de certo limite de eficácia”(A BATALHA..., 1975, p. 6).

Esta política reúne um amplo consenso na coligação governamental e no Conselho da Revolução, no MFA. O PS e o PPD, partido liberal, declaram que a situação difícil exige contenção das reivindicações (COLIGAÇÃO..., 1975, p. 1 e 20); Costa Gomes afirma que o trabalho é a “forma de estar com a revolução” (O TRABALHO..., 1975, p 9). O discurso de Vasco Gonçalves, primeiro-ministro afecto ao PCP, no dia do trabalhador está em total sintonia com a política defendida pelo PCP:

A nossa crise económica é, neste momento, o obstáculo fundamental a vencer [...] Apelo aqui a todos os trabalhadores, a todos os patriotas, para que se lancem na batalha da produção, de cuja vitória depende o futuro da Revolução. A batalha da produção é uma etapa necessária para vencer a crise económica e criar condições para o futuro desenvolvimento da economia, numa via para o socialismo. (DISCURSO DE VASCO GONÇALVES..., 2009).

Muitos trabalhadores apoiam esta política, como vimos nas páginas do jornal do Partido e noutras fontes (PATRIARCA, 1976, p. 765-816). Mas ela também despertará fortes resistências entre alguns sectores, em dois níveis: permanece a luta pelo controlo operário, por um lado, e as reivindicações – salariais, oposição aos despedimentos, contestação às administrações – não abrandam, por outro.

Fátima Patriarca, num estudo realizado sobre o controlo operário, dá dezenas de exemplos de comunicados e documentos das assembleias de fábrica e empresas onde se rejeita a “batalha da produção” e se defende o controlo operário, no sentido de uma medida de luta contra a exploração capitalista e como forma de o movimento operário criar lideranças e consciência de classe para abolir o sistema de relações capitalistas. Na Sociedade Central de Cervejas um grupo de trabalhadores apresenta um documento onde afirma que o controlo operário é a “expressão do duplo poder que se opõe a outros interesses que ainda existem e que não são os da classe operária” e exige a



nacionalização da empresa, declara responder unicamente perante o plenário da empresa e rejeita medidas que têm “apenas como limite o grau de exploração e não o poder dos capitalistas”(SOBRE O CONTROLO OPERÁRIO NA SOCIEDADE CENTRAL DE CERVEJAS, 1976, p. 765-816). O Conselho de Defesa dos Trabalhadores da Lisnave escreve, a 17 de Julho de 1975, que o controlo operário é o controlo de “o que se produz, como, quando e para quem!” e que rejeita medidas “inseridas numa batalha da economia que não significa apenas produzir mais”(A SITUAÇÃO POLÍTICA E AS TAREFAS DA CLASSE OPERÁRIA, 1976, p. 765-816). Os trabalhadores dos estaleiros da Margueira defendem também nesta data que “não existe controlo operário, quando pretendemos gerir os negócios do patrão”(CONTROLE OPERÁRIO, 1976, p. 765-816). Os trabalhadores da Sacoor, no Norte, em Maio de 1975 propõem a cedência de fuel e gás a empresas com problemas de ordem económica onde houve fuga dos patrões (claramente um processo de controle operário, uma vez que a proposta é que a produção seja cedida gratuitamente) e defendem que o controlo operário só terá significado se “levar a um aumento da sua consciência (dos trabalhadores), isto é, se lhes fizer ver cada vez mais claramente quais são os seus verdadeiros interesses e se levar a pôr a questão fundamental: a conquista do poder”(Id., *ibid*).

Uma nota final para recordar que o nome “batalha da produção” tem um paralelo histórico entre as direcções comunistas dos países centrais. Ele remete para a reconstrução europeia do pós-guerra, cujo significado histórico é, perante a derrota do fascismo, do prestígio da resistência comunista e a ruína das economias europeias, a aceitação de que a luta de classes deve ser relegada para segundo plano perante a necessidade de um esforço nacional, policlassista, de reconstrução da economia capitalista, com muitas concessões aos sectores operários, que *grosso modo* vieram a construir o Estado-Providência. Ou dito de outra forma, a reconstrução capitalista do pós-guerra não poderia ter sido feita nos moldes em que o foi sem a participação das direcções comunistas.

A direcção do PCP apresenta um cenário socioeconómico que sustentava que se não se incentivasse a produção haveria ruína económica – e com ela um golpe reaccionário – e, como referimos, que Portugal estava já num processo de transição para o socialismo. Portanto, os operários estavam a trabalhar não para o patrão mas para a nação, para o que dava como exemplo a nacionalização de alguns sectores da economia e a reforma agrária:

A batalha da economia e da produção vai ser nos tempos imediatos o factor decisivo do processo revolucionário. Ou os trabalhadores encaram de uma forma nova a sua conduta no trabalho ou todos os esforços para levantar o nível de vida das classes trabalhadoras soçobrarão. A política de nacionalizações dos sectores básicos e de expropriação dos grandes latifúndios, como formas de democracia económica apontando ao socialismo, deverá corresponder uma nova moral no trabalho. Uma acção reivindicativa generalizada e irrealista que ponha em cheque a viabilidade das empresas nacionalizadas, o nível de emprego, perigosamente baixo, e as exigências da produção nacional, como forma de aliviar a nossa dependência do estrangeiro, seria uma acção contrária à consolidação do processo revolucionário que só à reacção aproveitaria. (A UNIDADE..., 1975, p. 2).

Em conclusão, o PCP tem uma política de estabilização da economia portuguesa durante a revolução que passa assim por impedir todos os entraves à manutenção da produção, quer esses entraves viessem de sectores da burguesia (sabotagem económica, descapitalização de empresas) quer viessem dos operários (greves). De um lado, apela à intensificação da produção, ao trabalho gratuito, ao aumento das horas de trabalho, e do outro, ao “controlo operário”, que passa por vigiar a produção, impedindo descapitalização das empresas, sabotagem económica, etc., e contenção de greves e reivindicações laborais. As três políticas vêm sempre agregadas: “batalha da produção”, “controlo operário”, “contenção de greves” e “reivindicações irrealistas”. A “batalha da produção” foi assim uma política que procurou responder ao problema de fundo da estratégia do PCP: como continuar a fazer parte da organização do Estado, sem colocar em causa a natureza de classe desse Estado. As suas consequências, nas fábricas e empresas onde foi aplicada, aplicada de forma desigual de acordo com a relação de forças política, as lideranças, o peso na economia nacional nestas fábricas, as tradições de luta destes operários, foi de contribuir para o Estado gerir as empresas cingindo o controle operário dos trabalhadores e dar tempo à burguesia para se reorganizar e levar a cabo o golpe contra-revolucionário de 25 de Novembro de 1975, que pôs fim ao processo revolucionário, iniciado 19 meses antes. Como assinala John Hammond – e a revolução portuguesa foi nisto exemplar - intervenção do Estado e controlo dos trabalhadores sobre a produção eram incompatíveis: “O papel directo do Estado nas empresas nacionalizadas e intervencionadas limitou o alcance do controlo operário nelas” (HAMMOND, 1981, p. 423).

## **Referências Bibliográficas**

A BATALHA da produção: tarefa nossa e para nós. *Avante!*, Série VII, 22 mai. 1975.

A REVOLUÇÃO é Irreversível. *Avante!*, Série VII, 17 abr. 1975.

A SITUAÇÃO POLÍTICA E AS TAREFAS DA CLASSE OPERÁRIA. In: PATRIARCA, Fátima. Controle Operário em Portugal (I). *Análise Social*, Vol. XII (3.º), 1976 (n.º 47).

A UNIDADE da classe operária esteio da unidade de todo o povo. *Avante!*, Série VII, 15 mai. 1975.

AS NACIONALIZAÇÕES. Defesa e Dinamização. *Textos da Conferência das Organizações do PCP para a Defesa e Dinamização do Sector Nacionalizado da Economia*. 11 e 12 mar. 1978. Lisboa: Avante!, 1978.

AVANTE! Série VII, 9 jan. 1975a.

\_\_\_\_\_. Série VII, 6 fev. 1975b.

AS EMPRESAS Intervencionadas. Lisboa: Avante!, 1977.

BRINTON, Maurice. *Os Bolcheviques e o Controle Operário*. Porto: Afrontamento, 1975.

COLIGAÇÃO aceita unir forças contra a crise. *Diário de Lisboa*, 12 mai. 1975.

COM O PCP pela Unidade Popular Rumo ao Socialismo. *Avante!*, 3 jul. 1975.

CONTROLE OPERÁRIO. In PATRIARCA, Fátima. Controle Operário em Portugal (I). *Análise Social*, Vol. XII (3.º), 1976 (n.º 47).

CRISTOVAM, Maria Luísa. *Conflitos de Trabalho em 1979. Breve Análise Sociológica*. Lisboa: Ministério do Trabalho, 1982.

CUNHAL, Álvaro. *Rumo à Vitória. As Tarefas do Partido na Revolução Democrática e Nacional*. Lisboa: Avante!, 2001.

\_\_\_\_\_. *A Crise Político Militar. Discursos Políticos 5*. Lisboa: Avante!, 1976.

CUNHAL, Álvaro. *A Questão do Estado, Questão Central de cada Revolução*. Lisboa: Avante!, 2007.

DIÁRIO POPULAR. Lisboa, p. 9 e 11, 15 mar. 1975.

DISCURSO DE VASCO GONÇALVES no 1.º de Maio de 1975. Disponível em: <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=poderpol01>, Acesso em: 14 jul. 2009.

DISCURSO no comício do PCP em Vila Franca de Xira, 18 de Maio de 1975. In: CUNHAL, Álvaro. *A Crise Político Militar. Discursos Políticos 5*. Lisboa: Avante!, 1976.

DOCUMENTO do Ministério do Trabalho. In: PATRIARCA, Fátima. Controle Operário em Portugal (I). *Análise Social*, Vol. XII (3.º), 1976 (n.º 47).

FAZER do trabalho acto revolucionário. *Avante!*, Série VII, 19 jun. 1975.

FERREIRA, José Medeiros. *Portugal em Transe (1974-1985)*, MATTOSO, José (dir), *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993, Vol. VIII.

GRAMSCI, António. Controle Operário. *L'Ordine Nuovo*, Turim, 10 fev. 1921. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/gramsci/1921/02/10.htm>

HAMMOND, John, “Worker Control in Portugal: The Revolution and Today”. In: *Economic and Industrial Democracy*. London: Sage, v. 2, 1981, p. 413-453.

KIERNAN, V. G. “Revolução”. In. *Dicionário Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro: Zahar: 1997, p. 324-327.

LENINE, Vladimir. *O Controle Operário e a Nacionalização da Indústria*. Lisboa: Estampa, 1976.

LOPES, José da Silva. *A Economia Portuguesa desde 1960*. Lisboa: Gradiva, 1996.

MANDEL, Ernest (ed.). *Contrôle Ouvrier, Conseils Ouvriers, Autogestion*. Paris: Francois Maspero, 1975.

NACIONALIZAÇÃO da Banca – Grande Vitória do Povo. As Comissões Concelhias da Póvoa do Varzim e Vila do Conde do PCP, 14 mar. 1975. Centro Documentação 25 de Abril, Fundo de Comunicados e Panfletos/PCP.

NÃO há meio caminho nem meias tintas. *Avante!*, Série VII, 22 mai. 1975.

O PCP apoia a nacionalização da Banca. *Diário Popular*, 14 mar. 1975.

O PROCESSO revolucionário e a batalha da produção. *Avante!*, Série VII, 22 mai. 1975.

OS FERROVIÁRIOS a favor da nacionalização da CP. *Avante!*, Série VII, 10 abr. 1975.

O TRABALHO enquanto forma de estar com a revolução. *Avante!*, Série VII, 26 jun. 1975.

PATRIARCA, Fátima. Controle Operário em Portugal (I). *Análise Social*, Vol. XII (3.º), 1976 (n.º 47), p. 765-816.

POLÍTICA Clara e Transparente. *Avante!*, Série VII, 23 jan. 1975.

REPÚBLICA. 24 mar. 1975a.

\_\_\_\_\_. 22 mar. 1975b.

\_\_\_\_\_. 15 mar. 1975c.

ROSDOLSKY, Roman. *Génesis e Estrutura do Capital de Marx*. São Paulo: Contraponto, 2001.

ROSA, Eugénio. *A Economia Portuguesa em Números*. Lisboa: Moraes, 1975.

SOBRE O CONTROLO OPERÁRIO NA SOCIEDADE CENTRAL DE CERVEJAS. In PATRIARCA, Fátima. Controle Operário em Portugal (I). *Análise Social*, Vol. XII (3.º), 1976 (n.º 47).

TROTSKY, Leon. *Workers Control of Production*. August 1931. Disponível em:  
<http://www.marxists.org/archive/trotsky/germany/1931/310820.htm>

I CONFERÊNCIA de Trabalhadores Agrícolas do Sul, 9 fev. 1975. In: *O PCP e a Luta pela Reforma Agrária. Cadernos do PCP 7*. Lisboa: Avante!, 1975.

VII CONGRESSO Extraordinário do PCP. In: *Documentos políticos para a História do PCP*. Lisboa: Avante!, 1974.